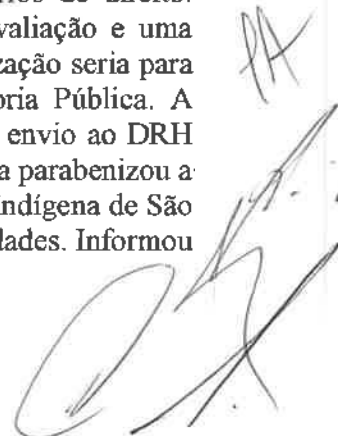
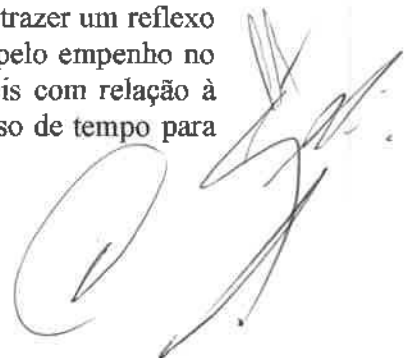


ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2008/2010

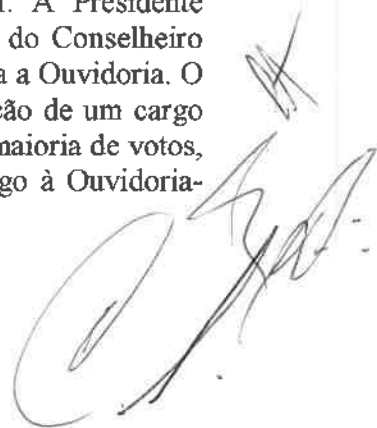
Aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e oito, na sala de reuniões da Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Weis, Fernando Roberto Faria, Pedro Antonio Avellar, William Fernandes, Daniela Sollberger Cembranelli, Luciano Alencar Negrão Caserta, Elaine Moraes Ruas. Ausente justificadamente os Conselheiros Tiago Fensterseifer, Luciana Jordão da Mota Armiliato de Carvalho, Denise Nakano Veronezi, Davi Eduardo Depiné Filho, em razão do período de gozo de férias, Geraldo Sanches Carvalho e Júlio César Tanone. Deu-se início aos trabalhos às 10h30min. A Presidente comunicou que a Coordenadoria de Comunicação vai gravar as sessões a partir desta. Comunicou que ontem estiveram em Brasília para receber o Prêmio INNOVARE pelo trabalho realizado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo no caso do Metrô. Cumprimentou todos os defensores públicos envolvidos. Informou que os Ministros estavam presentes e que receberam o prêmio pelas mãos do Ministro da Justiça, Dr. Tarso Genro. Informou que quem presidiu o evento foi o Vice-Presidente da República. Informou que após a Cerimônia de premiação conversaram com o Ministro Gilmar Mendes sobre o projeto de instituir a prestação de assistência jurídica através de advogados voluntários cedidos pelo Tribunal de Justiça, oportunidade em que demonstrou as preocupações das Defensorias Públicas. Informou que apresentaram várias alternativas ao Ministro que a informou da implementação do projeto independente da concordância das Defensorias Públicas. Informou que no Estado de São Paulo os prejuízos serão menores por conta do Convênio com a OAB. Informou que o Presidente do Conselho Federal da OAB tem uma posição favorável ao projeto. Informou que o Ministro apresenta uma dificuldade de compreensão do modelo de assistência jurídica pública. Mostrou a todos os presentes o Prêmio recebido ontem. Com relação à PEC, informou que há possibilidade de votação na próxima semana. Relatou a reunião com o grupo criado pelo Conselho e Apadep para tratar das gratificações da triagem. Que a idéia era fazer uma audiência pública mas não houve tempo. Propôs uma reunião desta Comissão para segunda-feira para apresentar minuta de proposta de revisão geral das gratificações. Sugeriu reunião com todos os coordenadores na próxima quarta-feira. Informou que a administração vai apresentar nova proposta de revisão das gratificações, tendo em vista os projetos da defensoria ainda não terem resposta positiva ou negativa. Não havendo mais comunicação por parte da Presidência, a Secretária justificou a ausência dos conselheiros Júlio Cesar Tanone e Geraldo Sanches Carvalho. A Presidente sugeriu que os conselheiros verifiquem a necessidade de analisar as justificativas de ausência dos conselheiros. Passou-se ao momento aberto. A Presidente abriu a palavra aos inscritos. O Defensor Público Fabiano Majorana informou o andamento das tratativas de contratação da empresa para realização do III concurso para estagiários de direito. Sugeriu que haja pelo menos um revisor para cada um dos temas de avaliação e uma possível remuneração. Informou que pela Fundação Carlos Chagas a finalização seria para o final de maio, o que não seria bom para as necessidades da Defensoria Pública. A Presidente reforçou que foi encaminhado aos coordenadores solicitação de envio ao DRH da grade das férias. A Sra. Soraia Ribaricci, do Centro de Educação e Cultura parabenizou a Defensoria Pública pelo prêmio recebido. Informou que vem de uma aldeia indígena de São Paulo, em Jaraguá, local que há falta de saneamento básico e outras necessidades. Informou



que há um projeto de implantação de local para educação dos índios. Informou casos em que as crianças são retiradas das famílias indígenas. Solicitou ajuda para a defensoria pública para reabilitação da criança comunidade indígena. Informou que foi até a Defensoria Pública unidade da Lapa. Informou que há falta de notícia do que foi feito efetivamente com a criança. A presidente sugeriu que tragam na triagem todos os documentos juntados até agora para que um defensor possa verificar o andamento deste processo. A presidente informou que haverá visita do núcleo especializado de discriminação na comunidade. O 1º Subdefensor Público sugeriu uma reunião para a próxima semana. Juliana Belloque, Presidente da Apadep informou que a diretoria se demonstra contrária a proposta de revisão das gratificações. Informou que a Apadep vai realizar um debate sobre o assunto com a carreira e que se retira deste processo neste momento, para poder discutir com a o tema com a carreira. Sugeriu que haja audiência pública com toda a carreira e não somente com os coordenadores, como foi informado. Com relação a reunião com o Ministro Gilmar Mendes, informou que fica uma reflexão para pensarmos juntos em ingressar com uma Adin contra a Resolução. A Presidente esclareceu que o grupo formado para as gratificações não conhece a proposta da administração superior e solicitou a presidente da Apadep que participe desta reunião. Dr. Vitore esclareceu aos presentes a intenção da administração. Informou que na última terça-feira fizeram uma reunião amadurecer as premissas já desenhadas e que houve ausência de vários integrantes do grupo. Informou que a proposta será apresentada somente a semana que vem porque ela vem justamente da falta de resposta do governo. Registrou que haverá 4 dias úteis para a plena discussão da matéria com a carreira para que entre em vigor nos primeiros dias do próximo ano. Informou que se a carreira decidir que é necessário esperar mais por uma decisão do Governo, a administração superior irá se render. Manifestou-se sobre a questão trazida pelo Ministro Gilmar Mendes. Informou que o país todo esta se mobilizando pelas Defensorias Públicas. Opinou que a medida não vingará. Registrou que a medida é ruim para todo o país, mas é muito pior para a OAB/SP. A Presidente informou que o Condege deliberou, por maioria, não apoiar o projeto. Passou-se a manifestação dos Conselheiros. O Conselheiro Carlos Weis manifestou-se sobre o prêmio e sobre o Projeto apresentado pelo Ministro Gilmar Mendes. Parabenizou a Presidente pelo trabalho frente ao Condege. Manifestou-se sobre a falta de presença da Defensoria Pública nos presídios, um dos motivos para o Tribunal de Justiça apresentar o projeto. A Conselheira substituta Daniela Sollberger agradeceu a presença da Soraia. Destacou a necessidade de maior atenção aos problemas de Infância e Juventude na área cível. Parabenizou os colegas que trabalharam para merecer o Prêmio Innovare. Noticiou que esteve em Brasília no STF e o andamento da Adin. Informou que foi entregue memoriais aos Ministros e todos tem conhecimento do assunto. Esclareceu que a não aplicação do artigo 12 é favorável para a Defensoria Pública. Informou que fez pessoalmente o Habeas Corpus do Dr. Fernando Faria e que a liminar foi concedida, o que dá aos Coordenadores maior tranquilidade para exercer suas funções. Relatou que esteve na última semana com Dr. Luis Roberto Bartoso, advogado constitucionalista, intermediada pela colega Thais da Regional de Jundiaí, e que este se colocou a disposição da Defensoria para a Adin. Manifestou-se temerária quanto ao projeto do Ministro Gilmar Mendes. Sugeriu que seja levado ao Condege a insistência pelo credenciamento pela Defensoria Pública. Informou que esta questão pode trazer um reflexo grande na Adin. O Conselheiro Fernando Faria agradeceu Dra. Daniela pelo empenho no habeas corpus e parabenizou sua competência. Acompanhou Carlos Weis com relação à resolução de assistência jurídica. Manifestou sua preocupação com o lapso de tempo para



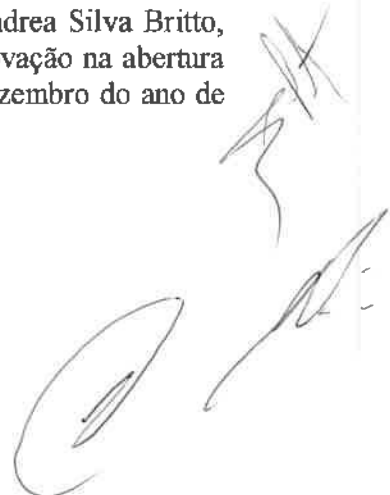
reposição de estagiários. Acompanhou a preocupação da Juliana Belloque no que tange a revisão das gratificações. A Conselheira Elaine agradeceu a presença da Soraia. Manifestou-se sobre o que foi relatado pela mesma e demonstrou sua preocupação com a questão da Infância e Juventude no Cível. Agradeceu a iniciativa do ouvidor por sustentar esses laços com a sociedade. Manifestou-se negativa quanto à resolução apresentada pelo Ministro. Sugeriu que de alguma forma a Defensoria Pública participe. Relatou sua participação no evento de comemoração aos 10 anos do CRAVI, oportunidade em que conversou com o Secretário da Justiça sobre os projetos da Defensoria Pública. O Conselheiro Willian questionou a posição da Defensoria Pública de São Paulo sobre a PLP 28. A presidente informou que saiu do Condege a indicação de uma lista tríplice para a escolha do ouvidor. Informou que foi formatado curso de Humanização dos atendimentos que será ministrado à Defensores, estagiários e funcionários. Relatou que o curso é decorrente de deliberações da comissão criada para estudar adoção de medidas para capacitar Defensores para o atendimento a pessoas com transtornos mentais. Parabenizou a Defensoria-Geral pelo prêmio recebido. O Conselheiro Pedro Avellar manifestou-se sobre a justificativa do Conselheiro Geraldo, no que tange aos processos de Araçatuba que ele informa estar na VEC. A Conselheira Elaine sugeriu a publicitação das justificativas e que o Conselho decida pelo acolhimento ou não da justificativa. O Conselheiro Luciano manifestou que deveria ser feita alteração no Regimento Interno. Manifestou-se sobre a Comissão de Gratificação. Sugeriu que este processo seja discutido no próximo ano. Indagou se na premiação havia a presença de representante do Governo do Estado. A presidente informou que não. Sugeriu que seja marcada uma reunião com o Secretário de Justiça na próxima semana para saber a posição dele sobre os projetos. A presidente informou o andamento das tratativas com o Governo. O Conselheiro Carlos Weis informou problemas que tem ocorrido na VEC. A presidente iniciou o sorteio para relator do concurso de promoção do nível IV para o Nível V. A Defensora Pública Tatiana Belons fez o sorteio. O Conselheiro Fernando Roberto Faria foi sorteado para relator e a Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza para revisora. Não havendo mais manifestações por parte dos conselheiros, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 279/08. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Inscrição de Coordenadores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar o Defensor Público Carlos Henrique Acirón Loureiro para Coordenador do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. CSDP nº 385/08. Interessada: Defensora Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de classificação dos cargos criados pela Lei Complementar nº 1050/08. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. A presidente passou a palavra ao conselheiro Willian para leitura de sua manifestação, em razão do pedido de vista. Sugeriu que o Conselho Superior mantenha a proposta original da CGA. Indagou a justificativa em retirar um cargo da Ouvidoria e colocar na Edepe. A relatora esclareceu seu método ao votar. O Conselheiro Pedro propôs que o Conselho acolha a proposta da relatora e faça algumas recomendações à administração para reestudar possibilidade de realocação de um cargo para a Regional de Campinas e promova, por intermédio da CGA, reforço para o DRH. A Presidente franqueou a palavra ao 1º Subdefensor Público para esclarecer a dúvida do Conselheiro Ouvidor. Informou que a Edepe não se opôs em passar um dos cargos para a Ouvidoria. O Presidente encaminhou para votação a proposta da relatora, com a alteração de um cargo para a Edepe para a Ouvidoria-Geral. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, aprovar a proposta original com uma alteração, acrescentando-se um cargo à Ouvidoria-



Geral. Vencida, neste ponto, a Conselheira relatora. Deliberou, ainda, por unanimidade, encaminhar recomendação à 3ª Subdefensoria para estudar a possibilidade de destinar um cargo a mais para a Defensoria Regional de Campinas. CSDP nº 382/08. Interessado: Antonio José Maffezoli Leite. Assunto: Proposta de anteprojeto de lei de alteração da Lei Complementar nº 988, de 09 de janeiro de 2006. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, retirar o processo de pauta para realização de consulta à carreira e audiência pública que deverá se realizar no mês de fevereiro de 2009. CGDP-CEAEP nº 026/08. Interessada: Mariana Costa de Paiva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches Carvalho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 008/08. Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches Carvalho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 107/07. Interessado: José Eduardo Mendes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches Carvalho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 113/08. Interessado: Rodrigo de Almeida Castro. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches Carvalho. O conselho superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão, em razão da ausência do relator. CGDP-CEAEP nº 077/08. Interessado: Pietro da Silva Estabile. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 073/08. Interessado: Renê Robson Facão de Moraes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 051/07. Interessado: José Henrique Golin Matos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Deliberou, ainda, por maioria de votos, fazer recomendação ao interessado. Vencidos os Conselheiros Luciano Alencar Negrão Caserta e Fernando Roberto Faria. CGDP-CEAEP nº 014/08. Interessada: Renata Klimke. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos cinco dias do mês de dezembro do ano de 2008.


Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente


Carlos Weis
Conselheiro






Daniela Sollberger Cembranelli
Conselheira



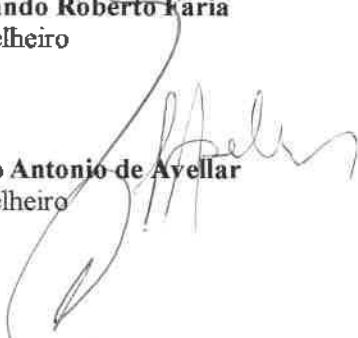
Elaine Moraes Ruas Souza
Conselheira



Willian Fernandes
Conselheiro



Fernando Roberto Faria
Conselheiro



Pedro Antonio de Ayellar
Conselheiro

Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro